



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

TENSIONANDO NORMAS E PRÁTICAS: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DE PROFESSORES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA

TENSIONING NORMS AND PRACTICES: PERCEPTIONS AND CHALLENGES OF TEACHERS ON GENDER AND SEXUALITY IN A PUBLIC SCHOOL

Jhonatan Camara Gomes¹
Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

O texto explora a influência das práticas e percepções dos professores sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, focando em como esses elementos podem reforçar preconceitos e desigualdades. O problema investigado é como a abordagem docente dessas questões, muitas vezes vista como rotineira, pode perpetuar normas heteronormativas e limitar a inclusão de identidades não conformes. O objetivo é analisar como essas práticas e valores moldam a experiência escolar e impactam a formação das identidades dos alunos. A metodologia utilizada inclui a aplicação de um questionário a 30 professores de uma escola pública em Bonito/MS, abrangendo do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, e a análise da experiência do pesquisador como docente. Para análise, o artigo se apoia em Furlan e Maio (2016), França e Calsa (2017), Louro (1994; 2007), Butler (2001) e Lugones (2020). A análise revela contradições e resistências nas práticas docentes, evidenciando a falta de políticas explícitas e práticas inclusivas. As considerações finais enfatizam a necessidade de capacitação dos educadores e de políticas institucionais que promovam uma educação inclusiva, capaz de reconhecer e celebrar a diversidade de experiências de gênero e sexualidade, preparando os alunos para uma sociedade plural e respeitosa.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Inclusão escolar. Diversidade.

ABSTRACT

The text explores the influence of teachers' practices and perceptions regarding gender and sexuality in the school environment, focusing on how these elements can reinforce prejudices and inequalities. The issue investigated is how the routine approach of teachers to these matters can perpetuate heteronormative norms and limit the inclusion of non-conforming identities. The aim is to analyze how these practices and values shape the school experience and impact the formation of students' identities. The methodology includes administering a questionnaire to 30 teachers from a public school in Bonito/MS, covering from the 6th grade of Elementary School

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS/CPAQ. E-mail: camaragomesjhonatan@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora do Curso de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCULT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS/CPAQ. E-mail: janete.fonseca@ufms.br



to the 3rd year of High School, and analyzing the researcher's experience as a teacher. The article relies on the work of Furlan and Maio (2016), França and Calsa (2017), Louro (1994; 2007), Butler (2001), and Lugones (2020) for analysis. The analysis reveals contradictions and resistances in teaching practices, highlighting the lack of explicit policies and inclusive practices. The concluding remarks emphasize the need for teacher training and institutional policies that promote an inclusive education capable of recognizing and celebrating the diversity of gender and sexuality experiences, preparing students for a plural and respectful society.

Keywords: Gender. Sexuality. School Inclusion. Diversity.

1. INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço de socialização e formação integral³ de indivíduos, desempenha um papel crucial na construção de valores, comportamentos e identidades. Nesse contexto, as práticas e significações que professores atribuem ao gênero e à sexualidade ganham destaque, pois influenciam diretamente as relações cotidianas no ambiente escolar e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos estudantes. Este artigo tem como objetivo explorar como essas percepções e práticas, frequentemente vistas como rotineiras e inofensivas, podem, na verdade, perpetuar preconceitos e valores que sustentam mecanismos de exclusão e desigualdade social.

A educação escolar não ocorre em um vácuo cultural; ela está inserida em um contexto social mais amplo que carrega consigo ideologias e normas dominantes, “vemos acontecer o apagamento do outro, o borramento da diferença, por meio de políticas inclusivas, de práticas de tolerância, de afirmação do multiculturalismo” (Furlan; Maio, 2016, l. 165). Ao abordar as dinâmicas de poder e os conflitos entre sujeitos com diferentes valores, ideias e interesses, o texto busca evidenciar como esses elementos são reproduzidos e reforçados no processo de ensino-aprendizagem. A análise se concentra na forma como o ambiente escolar muitas vezes restringe-se a um modelo de aluno que deve seguir normas sociais específicas, relacionadas a características de gênero, heterossexualidade e estrutura familiar esperadas pela sociedade. Esta restrição não apenas limita a diversidade e a inclusão, mas também reforça desigualdades sociais que se perpetuam dentro e fora da escola. Como enfatiza Louro (1994), a situação se

³ [...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BNCC, 2018, p. 14)



torna ainda mais desafiadora para aqueles que possuem interesses ou desejos que divergem da norma heterossexual. Esses indivíduos frequentemente enfrentam escolhas limitadas: permanecer em silêncio, esconder seus verdadeiros sentimentos ou se isolar. A construção da heterossexualidade está frequentemente associada à rejeição da homossexualidade, que muitas vezes se manifesta através de atitudes homofóbicas explícitas.

É fundamental entender que as percepções dos professores sobre gênero e sexualidade não são neutras; elas são moldadas por suas próprias experiências, formação e o contexto sociocultural em que estão inseridos. Essas percepções influenciam a maneira como os professores interagem com os alunos, como organizam suas aulas e como tratam questões de disciplina e comportamento. Práticas pedagógicas que não consideram a diversidade de gênero e sexualidade podem contribuir para um ambiente escolar excludente e discriminatório, impactando negativamente o bem-estar e o desempenho acadêmico dos alunos que não se encaixam nas normas esperadas.

Para compreender melhor essas questões, foi aplicado um questionário com docentes que atuam do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual da cidade de Bonito/MS, investigando suas percepções e práticas relacionadas ao gênero e à sexualidade. Através dessa pesquisa, o artigo pretende refletir sobre as complexas dinâmicas de inclusão e exclusão presentes nas práticas educativas e seu impacto nas desigualdades sociais. A partir dessa reflexão, espera-se contribuir para um debate mais amplo sobre a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas.

2. IDENTIDADE, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

A intersecção entre identidade, sexualidade e educação revela-se um campo complexo e crucial para a compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão no ambiente escolar. A identidade de gênero e a orientação sexual são aspectos fundamentais da identidade de um indivíduo e influenciam profundamente suas experiências e interações sociais. Na escola, esses aspectos são frequentemente moldados e, às vezes, constrangidos por normas e expectativas culturais dominantes.

No campo da instituição escolar a formação da identidade é caracterizada por um processo de violência simbólica que impõe o arbitrário cultural de determinado grupo ou classe social como uma cultura legítima. Ao legitimar determinadas representações sociais a violência simbólica dissimula as relações de poder existentes entre os indivíduos. (França; Calsa, p.2)



Os papéis de gênero e as normas heteronormativas são perpetuados de diversas formas no ambiente escolar, desde o currículo até as interações cotidianas entre alunos e professores. A ausência de representações positivas e diversas de identidades de gênero e sexualidade nas práticas educativas contribui para a manutenção de uma cultura escolar que marginaliza aqueles que não se enquadram nas normas tradicionais. Essa marginalização pode resultar em consequências negativas para o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes.

A relação que o ambiente escolar estabelece com o sexo, a sexualidade e as identidades não conformes, é, a princípio de repúdio, uma vez que, esses corpos, por transgredirem a expectativa que a sociedade cria a partir de seu sexo biológico, acabam sendo vistos com estranhamento, e a primeira atitude a se tomar é educar esses corpos de acordo com as normas sociais vigentes, já que a escola reproduz o que a sociedade entende e aceita como normal.

Trata-se de um repúdio que cria a valência da "abjeção" — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. E, contudo, essa abjeção negada ameaçará denunciar as presunções auto-fundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas consequências não pode plenamente controlar. A tarefa consistirá em considerar essa ameaça e perturbação não como um questionamento permanente das normas sociais, condenado ao pathos do fracasso perpétuo, mas, ao invés disso, como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas. (Butler, 2001)

A formação dos professores é um elemento crucial na abordagem dessas questões. Muitos educadores não recebem treinamento adequado sobre diversidade de gênero e sexualidade, o que limita sua capacidade de criar um ambiente inclusivo e de lidar eficazmente com situações de discriminação e preconceito. Para que a educação nas instituições de ensino possa se transformar, é fundamental que os docentes, a coordenação, a equipe pedagógica e a comunidade modifiquem suas práticas, comprometendo-se com uma ação política e pedagógica que incorpore as questões de gênero e sexualidade como essenciais para a compreensão da educação (Furlan; Maio, 2016, p. 172). A falta de preparo pode levar a uma perpetuação inconsciente de atitudes excludentes e homofóbicas, impactando negativamente os alunos que não se conformam às normas heteronormativas.

A construção da identidade de gênero e sexualidade no contexto escolar também é influenciada pelas políticas educacionais e pelos materiais didáticos utilizados. Currículos que ignoram ou minimizam a diversidade de experiências de gênero e sexualidade falham em preparar os alunos para viverem em uma sociedade diversa e inclusiva. “Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo as relações que se consideram sexuais. Mas, uma vez dada, uma organização social em termos de gênero não tem



por que ser heterossexual ou patriarcal” (Lugones, 2020). Além disso, a presença de políticas explícitas contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é fundamental para assegurar que todos os alunos sejam respeitados e valorizados.

No entanto, a implementação de políticas e práticas inclusivas enfrenta resistências. Muitos argumentam que a inclusão de temas relacionados a gênero e sexualidade na educação pode ser controversa e suscitar oposição de certos segmentos da sociedade. Como o ex-presidente, inominável, cunhou sua campanha eleitoral sobre um fantasma de uma agenda de “ideologia de gênero” que estaria sendo implantada nas escolas. Situações como essa, mostram o quanto a sociedade ainda precisa evoluir nas discussões que envolvem identidades de gêneros não-conformes, e ainda, revelam, além da ignorância relacionada o tema, a dissimulação provocada por aqueles que são contra o debate desses temas no ambiente escolar. Diante desse cenário, é essencial, portanto, que a discussão sobre esses temas seja conduzida de maneira sensível e informada, promovendo o diálogo e a compreensão.

Outro aspecto importante é a visibilidade das identidades não heteronormativas no ambiente escolar. Criar espaços onde alunos LGBTQIAPN+ possam expressar suas identidades sem medo de represálias é crucial para o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável e inclusivo. A presença de grupos de apoio e a realização de atividades que celebrem a diversidade podem ajudar a reduzir o isolamento e o estigma enfrentado por esses alunos. Celebrações como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Mulheres etc., podem gerar situações desconfortáveis não só para alunos LGBTQIAPN+, mas para todos aqueles que não estão inseridos no modelo de família “tradicional”.

A intersecção de identidade, sexualidade e educação revela a necessidade de uma abordagem pedagógica que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade. Ao transformar a escola em um espaço onde todas as identidades são valorizadas, podemos começar a dismantelar os mecanismos de exclusão e desigualdade que ainda permeiam a educação. Promover a inclusão e combater a discriminação são passos essenciais para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente seguro e acolhedor.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para essa pesquisa, foi aplicado um questionário com professores de uma escola pública da cidade de Bonito/MS que atuam do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, que são as etapas oferecidas pela instituição de ensino, dessa maneira, consegue-se ter uma ideia mais abrangente de como essas questões são percebidas e tratadas pelos docentes ao



longo do desenvolvimento desses alunos. Os professores lecionam as diversas matérias presentes no currículo escolar e atuam nas diferentes turmas dessas etapas (são raros os professores exclusivos ou só do ensino médio ou só do ensino fundamental).

O questionário é composto de nove perguntas objetivas e uma pergunta dissertativa. As perguntas objetivas geraram porcentagens que serão analisadas e a pergunta dissertativa deixa mais clara como os professores interagem com as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Além da análise dos dados coletados, este estudo também incorpora a perspectiva do pesquisador, que atua como docente na mesma instituição. Esta posição única permite uma visão aprofundada e contextualizada das práticas e significações atribuídas ao gênero e à sexualidade no ambiente escolar. A presença diária no ambiente escolar proporciona uma compreensão mais rica e detalhada das interações cotidianas, oferecendo *insights* valiosos que complementam os dados obtidos através do questionário

4. ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA DINÂMICA ESCOLAR

As respostas analisadas abaixo foram dadas por 30 professores de uma escola pública estadual da cidade de Bonito/MS que atuam do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano Ensino Médio e lecionam as mais diferentes matérias.

O primeiro questionamento feito foi: Qual é a sua perspectiva em relação à importância de discutir questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar? 76,6% dos professores disseram ser esse um tema muito importante a ser debatido na escola, 23,3% entendem como sendo moderadamente importante. É interessante notar que, mesmo que no cotidiano escolar, poucas, ou nenhuma, ações sejam feitas para se discutir questões de sexualidade e gênero com os alunos, os professores parecem ter a ciência da importância desse assunto, então, por que isso não é mais recorrente? Deixo o questionamento. Como afirma Furlan e Maio (2016, l. 173) “A escola tanto pode dar continuidade a preconceitos e estereótipos como favorecer a criação de espaços em que se discutam as diferenças e o respeito às diversidades.”

As respostas ao segundo questionamento trazem um pouco mais diversidade as opiniões. Os docentes responderam a seguinte questão: Você acha que os conceitos de gênero e sexualidade têm algum impacto nas relações de poder dentro da escola? 40% dos professores acreditam que a maneira como gênero e sexualidade são tratados no ambiente escolar interferem tem impacto nas relações de poder; 36,7% consideram moderadamente influentes; 20% pouco



influentes; 3,3% não tem opinião sobre. Lendo o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (Resolução/sed n. 4.166, de 8 de março de 2023), em seu Artigo 77, traz o seguinte texto:

- IV - apresentar-se, adequadamente, trajado para as aulas, fazendo uso da camiseta do uniforme e das demais decisões previstas no inciso III, deste artigo, sendo vedado o uso de:
- a) short e bermuda (5 (cinco) centímetros acima do joelho);
 - b) óculos escuros, salvo se recomendação médica;
 - c) roupas curtas ou decotadas;
 - d) roupas ou adereços que façam alusão a drogas, com gravuras de teor discriminatório ou de conotação sexual; (MATO GROSSO DO SUL, 2023)

O que chama a atenção aqui é a alínea “a” que menciona short e bermuda 5 centímetros acima do joelho, entretanto, o que se vê no dia a dia escolar é que essa proibição é destinada somente às meninas que são encaminhadas à direção e advertidas por isso constantemente, enquanto meninos desfilam pela escola com seus shorts de futebol que, além de estarem muito acima dos 5 centímetros acima do joelho, ainda marcam suas partes íntimas e não são punidos por isso, enquanto o corpo feminino continua sendo alvo de opressão. Como diz França e Calsa (2017)

O gênero feminino continua sendo um ícone para os modos de restrição impostos à orientação sexual, pois a forma de ser mulher tem sido o foco de preocupações de várias instituições sociais. Quando há casos que envolvem homens e mulheres no que diz respeito a sexualidade é reafirmada a condição de que a “culpa é das mulheres”. O imaginário social reproduz a concepção de que há uma sexualidade ativa inscrita nos corpos dos homens e uma sexualidade que deve ser passiva no corpo das mulheres.

Em seguida, os professores responderam: De que forma você acredita que as práticas e valores implícitos na escola podem afetar a construção da identidade de gênero e sexualidade dos alunos? 40% responderam que de maneira moderada, pois as práticas e valores da escola englobam toda a diversidade; 33,3% De maneira mínima, pois as prática e valores da escola não interferem no gênero e sexualidade dos alunos; 26,7 de maneira significativa, pois as práticas e valores da escola estão alinhadas ao que a sociedade espera de cada gênero. Levando em consideração as datas comemorativas da escola, não há, no mês de junho, nenhuma celebração ou discussão acerca de questões relacionadas com questões LGBTQIAPN+, mesmo sendo um mês dedicado às discussões de visibilidade e orgulho. Já em datas alinhadas ao modelo “tradicional” de família e do que se espera de homem e mulher há sempre eventos. Conforme Louro (2007) argumenta, não se pretende negar que o gênero seja influenciado pelos corpos sexuados; reconhece-se a importância da biologia. No entanto, enfatiza-se que o gênero é principalmente uma construção social e histórica. Esta perspectiva destaca a diversidade de possibilidades para a formação individual, muitas das quais divergem das expectativas



conservadoras predominantes na sociedade em relação ao sexo, gênero e sexualidade, e suas manifestações heteronormativas.

A partir daqui, as respostas começam a apresentar um pouco de contradições, já que em algumas perguntas ficou claro que alguns professores deram aquela resposta que se espera, para ficar aceitável.

Na quarta questão, os docentes responderam: Como você percebe os conflitos relacionados aos conceitos de gênero e sexualidade manifestando-se nas relações escolares? 53,3% responderam que de forma frequente e evidente; 33,3% ocasionalmente e de forma sutil; 10% raramente e de forma discreta; 3,3% não tem opinião sobre. Entre os adolescentes, termos como “viado”, “sapatão”, “bicha” e incluo aqui termos racistas, já forma banalizados e são usados com frequência sem nenhuma preocupação em como isso vai atingir quem os escuta. É interessante, se somarmos, quase 50% dos docentes percebem essas violências de forma sutil ou raramente. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2023, Violência nas Escolas, Mato Grosso do Sul está entre os estados com os maiores percentuais de registros de bullying no ambiente escolar, ocupando a 8ª posição no ranking nacional, com mais de 46% de suas unidades de ensino.

Na quinta questão os professores foram questionados: Como você costuma lidar com situações em que alunos fogem do padrão de gênero e sexualidade esperado pela sociedade? Aqui tivemos 100% de respostas “perfeitas”, todos disseram que lidam promovendo aceitação e respeito pela diversidade. Já aproveito e trago a sexta questão, que foi: Você se sente preparado(a) para lidar com questões de homossexualidade e diversidade sexual em sala de aula? Por quê? E as respostas que obtive, foram: 66,7% não totalmente, mas estou disposto(a) a aprender; 33,3% sim, porque tenho formação e conhecimento sobre o tema. É curioso que, na quinta questão as respostas dadas estão alinhadas com pessoas preparadas para lidar com as questões de gênero e sexualidade que fogem a norma, entretanto, a sexta questão traz que mais da metade não se sente totalmente preparado para lidar com isso. A dúvida que fica é: há mesmo um interesse em se capacitar cada vez mais e por isso não responderam a sexta questão como estar totalmente preparado ou responderam a quinta questão daquela maneira porque é o que se espera que um professor faça em relação ao seu aluno diante da situação colocada?

O sétimo questionamento foi: De que maneira você acredita que a escola pode contribuir para desconstruir modelos hegemônicos de identidade de gênero e sexualidade? 93,3% disseram que promovendo debates e atividades educativas sobre diversidade; já 6,7% acham que a escola deve se manter neutra em relação a esses assuntos. Retornando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador dos currículos das instituições de ensino brasileiras, a educação deve:



[...] construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

[...] desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. (p.15)

Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. (p.54)

Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. (p.62)

Assim, compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença. (Brasil, 2018, p. 68)

É impossível o docente ficar/estar neutro em relação à diversidade, visto que, o documento norteador de sua prática, enfatiza (aqui trouxe poucos recortes, mas esse assunto é recorrente em todo o documento) a necessidade de se reconhecer, falar e propiciar um ambiente saudável para a expressão dessa diversidade.

A oitava questão foi: Qual a importância de promover a reflexão e discussão sobre gênero e sexualidade com os alunos? Aqui, o que esperava é que as porcentagens de respostas da questão 7 se mantivessem, afinal, quem considera que a escola deve se manter neutra, não deveria considerar importante essas discussões com os alunos, mas as respostas foram: 96,7% acham essencial para a formação de cidadãos críticos e respeitosos; 3,3% acham irrelevante para a educação escolar.

Na nona questão, os professores responderam se percebe a relação entre as representações sociais de gênero e sexualidade apresentadas no contexto escolar (como os alunos manifestam seu gênero e sua sexualidade) e a sociedade em geral? 76,6% responderam que existe uma relação de reprodução e reforço da maneira como a sociedade age; 13,3% não tem opinião; 6,7% acham que a maneira que os alunos se apresentam na escola não se relaciona com a sociedade em geral; 3,3% que não há relação entre elas. A parte do currículo posto, que é aquele obrigatório, a escola trabalha com um currículo oculto, que é aquele que não é visto, aquele no qual o docente trabalha valores com seus alunos, uma vez que valores são relativos e individuais, os docentes acabam passando a seus alunos aquilo que entendem sendo valores, que é o que trazem consigo de sua formação pessoal e vivência em sociedade, diante disso, como a escola não é um ambiente de reprodução da sociedade?

A décima pergunta foi dissertativa, trago aqui algumas respostas que foram construídas. Aquelas que responderam sim, não, talvez ou que pouco trouxeram para ser analisados deixarei de fora. A questão foi: Você considera que os professores têm papel na promoção da diversidade e inclusão de todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual? Como?



Resposta 1: Sim, pois em muitos momentos descontraídos dentro da sala assuntos sobre inclusão e diversidade podem surgir, e é importantíssimo levarmos os alunos a pensarem como sujeitos sem preconceitos e tolerantes. Além disso, há momentos em que os estudantes contam sobre algo que aconteceu com eles ou com outros sobre preconceito ou intolerância de todas as formas, sendo nosso dever, como educadores, fazer com que pensem sobre atitudes ou palavras que possam ofender quem que seja.

Resposta 2: Sim, os professores têm papel relevante na promoção da diversidade e inclusão de todos os alunos, pois são formadores e seu público é cativo e tem grande capacidade de absorver o que lhe é transmitido. Também por isso é extremamente necessário que o professor seja responsável, ético e se comprometa com a própria formação a respeito das identidades de gênero e da diversidade sexual, o que, infelizmente, não é a realidade das escolas públicas, onde professores falam e reproduzem preconceitos e estigmas sem sequer terem a consciência crítica de que fazem isso.

Resposta 3: A Escola deve ser neutra em vários aspectos da vida particular do estudante tais como orientação sexual, religiosa ou partidárias. O que cabe a escola ao meu ponto de vista e de profissional e que independentemente de qualquer que seja a orientação sexual do aluno ele deve ser acolhido, respeitado em suas escolhas pois esta decisão cabe apenas ao aluno. A Escola tem como objetivo garantir que seus direitos sejam respeitados como de qualquer outro estudante independentemente de seus ideais. A Escola deve promover o respeito e a educação do estudante nada além disso. Considerando que a escola não deve ser partidária em nenhum âmbito da vida pessoal do aluno sua orientação sexual não deve ser diferente salvo em casos que a vida do estudante corra algum risco. Certamente que, caso haja, retaliação da parte de outros estudantes medidas devem ser tomadas para que o respeito e a conscientização sejam promovidos com a comunidade todos os cidadãos devem ser respeitados, acolhidos e ter sua dignidade inviolável cada um tem a liberdade de escolher aquilo que lhe faz feliz, a escola e apenas um ponto de apoio para jovens em formação acadêmica. Valores humanos de respeito e convivência em sociedade são o alicerce de uma sociedade justa e para todos.

Resposta 4: Eu acredito sim que o professor ele tem um papel fundamental na promoção e inclusão no que tange tais conceitos abordados nesta pesquisa. O professor precisa ser profissional para tratar dos assuntos concernentes a identidade de gênero ou orientação sexual sem partir da sua " individualidade", "experiência apenas", "além das suas convicções pessoais", "além das suas crenças, credos..." enfim, precisa sim haver promoção dos debates principalmente orientação sexual entretanto depende muito da direção da escola e dos grupo pedagógico que atua nela pois ainda existe resquícios de uma educação tradicionalista, positivista e conservadora. Como conseguiríamos tal promoção? Criar projetos ou debates



semanais... exemplo "a hora do café a tarde" que dessem autonomia aos professores e alunos para realizarem rodas de conversas no qual cada semana tratasse de um determinado assunto. Esta ideia sugiro para ensino médio.

Resposta 5: Eu acredito que identidade de gênero é formada concomitante ao processo de desenvolvimento físico de cada ser humano, a escola é parte da sociedade que a envolve e lá é lugar sim de discutir e fazer pensar que as diferenças não podem ser motivo de exclusão e/ou retaliação. Todos nós (estudantes, servidores) precisamos aprender a ser respeitosos e acolhedores.

Resposta 6: Penso que a formação de uma pessoa inicia em casa. O comportamento respeitoso ou discriminatória vem de berço. Neste sentido a formação do cidadão com relação à diversidade precisa ser debatida em várias frentes, inclusive através de políticas públicas, a escola é um dos meios. No entanto, não pode ser excluído do processo de ensino e aprendizagem e pensar em mudar para melhorar a postura do corpo docente, administrativo etc. A comunidade escolar se transforma se ocorrer uma mudança de valores, isso leva tempo, planejamento e ações dinâmicas e cotidiana.

Resposta 7: Possuíam um papel importante, aqui em nossa cidade não há tantos conflitos, mas em grandes escolas essa questão acaba partindo para outro tema que é a violência e bullying na escola. É importante destacar que a escola é local para discussão, visando formar cidadãos mais preparados. A alteridade seria a chave para iniciar todas essas discussões.

Resposta 8: Ainda há professores que são antigos e presos a padrões antiquados. Temos um longo caminho pela frente, e nós, professores, precisamos compreender que promover a diversidade e a inclusão dos alunos é uma questão de respeito genuíno, sem espaço para piadas ou deboches. Ao adotarmos essa postura de respeito, avançaremos consideravelmente.

A análise das respostas revela uma variedade de perspectivas sobre o papel dos professores na promoção da diversidade e inclusão dos alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. A primeira resposta enfatiza a importância de criar um ambiente educacional que estimule a reflexão e a tolerância entre os estudantes, abordando questões de preconceito e intolerância quando surgem. Isso destaca o papel ativo dos educadores na orientação moral e no desenvolvimento social dos alunos. Como explicitam França e Calsa (2007), embora com limitações, a escola pode favorecer a compreensão mais elaborada dos conflitos e tensões de gênero e de sexualidade que perpassam as relações de poder da sociedade.

A segunda resposta amplia essa visão ao destacar que os professores não apenas transmitem conhecimentos, mas também moldam atitudes e valores. No entanto, observa-se uma crítica à falta de preparo e conscientização dos docentes nas escolas públicas, o que pode



resultar na reprodução involuntária de preconceitos e estigmas. Nos últimos anos, o programa de formações continuadas da Secretaria Estadual de Educação, apenas uma foi voltada para essa temática.

Por outro lado, a terceira resposta defende uma postura de neutralidade da escola em relação à vida particular dos alunos, incluindo sua orientação sexual. Essa visão sugere que a escola deve ser um espaço de acolhimento e respeito pelas escolhas individuais dos estudantes, sem interferir em suas vidas pessoais. Entretanto, como já mencionado, sendo a escola um ambiente de convívio social, de troca de experiências entre alunos, alunos e professores etc., essa neutralidade acaba se tornando uma utopia.

A quarta resposta destaca a importância da direção da escola e do grupo pedagógico na promoção de debates e projetos que abordem questões de identidade de gênero e orientação sexual. Propõe-se a criação de espaços para discussão e reflexão, visando à conscientização e à promoção do respeito dentro da comunidade escolar. Alguns professores dessa instituição até tentam alguns projetos, debates, palestras, mas acabam esbarrando em uma gestão engessada, que acredita que a escola não deve se envolver nesses assuntos. No último desfile cívico em alusão ao aniversário da cidade em 2023, alguns professores queriam criar e ter um bloco da diversidade, que explorasse a diversidade da escola, entretanto isso não foi autorizado.

A quinta resposta reforça a ideia de que a escola é um ambiente adequado para discutir e promover o respeito às diferenças, enfatizando o papel educativo da instituição na formação de cidadãos respeitosos e acolhedores. A sexta resposta sublinha a importância da formação inicial dos indivíduos em casa, mas reconhece que a escola também desempenha um papel crucial na educação para a diversidade. Destaca-se a necessidade de mudança de valores dentro da comunidade escolar, um processo que requer tempo, planejamento e ações contínuas.

A sétima resposta aponta para a questão da violência e bullying como desafios que podem surgir em contextos escolares maiores, enfatizando a necessidade de discussões educativas que promovam a alteridade e a formação cidadã. Entretanto, as questões de violência e bullying já são realidade dentro da escola. O que parece é que só entendido como violência quando é física, não, rouba-se material, faz se piada, tiram fotos para fazer chacotas em redes sociais, tudo isso é violência e já é uma realidade da escola.

Por fim, a oitava resposta reconhece a resistência de alguns professores a padrões antigos e a necessidade de uma mudança cultural dentro do corpo docente para promover verdadeiramente a diversidade e inclusão dos alunos.

Em síntese, as respostas refletem a complexidade e as diversas abordagens necessárias para promover um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. Evidencia-se a importância dos educadores como agentes de mudança, tanto através da educação formal quanto das atitudes e



exemplos que transmitem diariamente aos alunos. A promoção da diversidade e inclusão requer não apenas políticas institucionais adequadas, mas também um compromisso individual e coletivo com a conscientização e o respeito às diferenças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as percepções e práticas de professores em uma escola pública estadual em Bonito/MS, focando nas questões de gênero e sexualidade, e revelou a complexidade das dinâmicas de inclusão e exclusão no ambiente escolar. Os resultados indicam que, apesar de a maioria dos professores reconhecer a importância de abordar esses temas na escola, há uma lacuna significativa entre esse reconhecimento e a implementação prática de ações concretas. Isso sugere que, embora exista uma consciência teórica sobre a relevância desses temas, essa compreensão não se traduz efetivamente em práticas educativas inclusivas e transformadoras no dia a dia escolar.

Os professores percebem que os conceitos de gênero e sexualidade impactam as relações de poder dentro da escola. No entanto, há uma falta de preparação específica para lidar com situações que desafiam o padrão heteronormativo predominante. Essa deficiência é um reflexo tanto da falta de formação especializada quanto da resistência cultural e institucional em abordar esses temas de maneira aberta e inclusiva. A formação profissional dos docentes muitas vezes não inclui estratégias adequadas para abordar e lidar com a diversidade de gênero e sexualidade, contribuindo para uma abordagem ainda conservadora e limitada.

A análise dos dados revelou também contradições nas respostas dos professores. Alguns reconhecem a frequência e a sutileza dos conflitos relacionados aos conceitos de gênero e sexualidade, enquanto outros minimizam sua importância ou sentem-se despreparados para enfrentá-los de maneira eficaz. Essa discrepância evidencia a necessidade urgente de um alinhamento mais robusto entre o reconhecimento teórico dos problemas e a capacitação prática dos educadores para abordá-los adequadamente.

A escola, como um espaço fundamental para a formação integral dos alunos, desempenha um papel crucial na promoção de debates e atividades educativas que valorizem a diversidade e combatam o preconceito. No entanto, as resistências e desafios significativos ainda persistem. A ausência de políticas explícitas e práticas inclusivas que assegurem um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, demonstra uma falha crítica no sistema educacional.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que os educadores sejam devidamente capacitados e apoiados institucionalmente para promover uma educação que não apenas



reconheça, mas celebre a diversidade de experiências de gênero e sexualidade dos alunos. A criação de programas de formação contínua e a implementação de políticas institucionais inclusivas são passos fundamentais para construir uma escola verdadeiramente inclusiva. A educação deve ter o poder não apenas de reproduzir as normas sociais existentes, mas também de transformar essas normas, contribuindo para uma sociedade mais plural e respeitosa.

Além disso, é crucial que as escolas se comprometam com a implementação de práticas educativas que envolvam toda a comunidade escolar. Isso inclui a promoção de uma cultura de respeito e a realização de atividades que incentivem a reflexão crítica sobre questões de gênero e sexualidade. A construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor não é uma tarefa isolada, mas um esforço coletivo que exige o engajamento de todos os membros da comunidade escolar.

Para efetivamente promover mudanças, é necessário um compromisso contínuo com a capacitação dos educadores, o desenvolvimento de políticas institucionais eficazes e a criação de um ambiente que celebre a diversidade em todas as suas formas. Somente assim será possível preparar os estudantes para viver em uma sociedade plural e respeitosa, e garantir que a escola desempenhe seu papel de transformadora social e educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. **As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes**. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. Disponível em <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST51/Franca-Calsa_51.pdf> Acesso em 24/04/2024

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. **Articulando gênero, sexualidade e meios de comunicação: abordagem desses conceitos na educação**. In: Associação de Leitura do Brasil (Org.). **textos completos, 16º Congresso Brasileiro de Leitura**. Campinas: UNICAMP/ALB, 2007.

FURLAN, Cássia Cristina; MAIO, Eliane Rose. **Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução?** In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 157-177. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: < <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0009>.> Acesso em 14/05/2024



LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (pp. 52-83).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SED n. 4.166, de 8 de março de 2023 - Regimento Escolar.pdf. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17bEZH_IpDsVtWbiZHtG4II7rjQIQulxq/view>. Acesso em: 3 jul. 2024.